Divida Pública Brasileira - Impacto no seu salário e na sua aposentadoria

Maria Eulália Alvarenga

ENCONTRO REGIONAL DO SITRAEMG

Uberlândia, 05 de abril de 2013

REFORMA DA PREVIDÊNCIA –GOV. LULA – 2003

- Privatização da Previdência do setor público;
- Transformação do Regime de Solidariedade para um Regime de Financeirização sujeito a regras de mercado;
- Instituição da obrigatoriedade de "Contribuição" pelos Inativos – aposentados e pensionistas;
- Aumento da Idade Mínima;
- Redução de pensões;
- Quebra da paridade e integralidade.

REFORMA DA PREVIDÊNCIA DE LULA – 2003

FALSOS ARGUMENTOS

- **Insustentável "déficit" que estaria comprometendo as contas públicas, a capacidade de investimento, a geração de empregos e a solução de problemas sociais em nosso país;**
- **Servidor público apontado como privilegiado e o maior responsável pelo "déficit";**
- **Enorme campanha de mídia para convencer a opinião pública.**

Hoje:

JULGAMENTO DO MENSALÃO NO STF - COMPROVAÇÃO DA COMPRA DE VOTOS - PROCESSO LEGISLATIVO NULO.

Sentença proferida pelo Juiz Geraldo Claret de Arantes
1ª Vara da Fazenda de Belo Horizonte

Determinou o reestabelecimento do valor integral da pensão da viúva de um servidor público morto em 2004.

Segundo o juiz, o valor foi bastante reduzido com a Reforma da Previdência de 2003, que foi aprovada por meio da compra de votos de parlamentares, no esquema denominado como "Mensalão", conforme comprovou o STF.

AÇÃO - AMB e ANAMATRA junto ao STF:

"Tornou-se público e notório, a partir do julgamento da ação penal 470, realizado por esse egrégio Supremo Tribunal Federal, que o processo legislativo da PEC 40/2003 que resultou na promulgação da EC 41/2003, decorreu de ato criminoso (corrupção) perpetrado por integrantes do Poder Executivo em face de membros do Poder Legislativo, sem o qual não teria sido possível aprovar a Reforma da Previdência número 2", afirmou o advogado Alberto Pavie Ribeiro, na ação.

Pedido de concessão de liminar para suspender os efeitos da emenda constitucional e, no mérito, a anulação da reforma da previdência. A medida, por tabela, barraria a entrada em vigor do Funpresp.

- Por quê avançar com a criação de Fundos de Pensão quando estes estão quebrando no mundo todo?

- Qual a relação dos fatos com a Crise Financeira Mundial?

CONJUNTURA GLOBAL

Crise

financeira

social

alimentar

Ambiental

de Valores

Exacerbado poder do "mercado" e da grande mídia "*...incrível massa retórica enganosa e desinformação.*"

ESGOTAMENTO DO MODELO DE ACUMULAÇÃO CAPITALISTA

CONJUNTURA INTERNACIONAL

Crise Financeira

Provocada por grandes bancos

Desregulamentação do mercado financeiro

- Derivativos sem lastro = Ativos "Tóxicos"
- Especulação = Alavancagem

Efeitos:

Grandes bancos internacionais em risco de quebra

Salvamento: "Grandes demais para quebrar"

EUA e Europa:

- Estatização da parte podre de grandes bancos
- Criação de *Bad Banks*
- Expressiva injeção de moeda no setor bancário

CONJUNTURA ATUAL – MUNDO

CRISE DO CAPITALISMO

- **Crise gerada pelo Sistema Financeiro**

Para Salvar o "mercado" de seus desvarios – socializam mais uma vez os prejuízos – enfraquecimento dos Estados

CONJUNTURA GLOBAL

Crise do Setor Financeiro é transformada em

CRISE DA DÍVIDA

Instrumento de endividamento público utilizado como um sistema de desvio de recursos públicos:

"SISTEMA DA DÍVIDA"

"SISTEMA DA DÍVIDA"

Como opera

- **Modelo Econômico**
- **Sistema Legal**
- **Sistema Político**
- **Corrupção**
- **Grande Mídia**

Dominação financeira e graves consequencias sociais

"SISTEMA DA DÍVIDA"

Como opera

- **Sistema Político**
  - Ditaduras na América Latina na década de 70;
  - Governos submissos ao modelo econômico;
  - Financiamento de campanhas eleitorais pelo setor financeiro e grandes corporações;
  - Soberania dá lugar à dependência financeira;
  - Federalismo dá lugar à submissão;
  - Tecnocracia na Europa recentemente; risco à democracia.

Como opera o "Sistema da Dívida"

- **Modelo Econômico**
  - Poder exacerbado do setor financeiro: Bancos Privados, FMI;
  - Financeirização baseada em "papéis": Fundos ;
  - "Crises" provocadas pelo setor financeiro;
  - Liberdade total para os fluxos de capitais, Sigilo, Paraísos Fiscais;
  - Privilégios que garantem a destinação da maioria dos recursos continuamente para o pagamento da dívida;
  - Ausência de Transparência e utilização de artifícios;
  - Prioridade para o "controle da inflação" ancorado nas políticas de juros altos e controle da base monetária;
  - Privatização de setores estatais estratégicos;
  - Privilégios tributários para o setor financeiro e grandes corporações;
  - Controle da grande mídia pelo setor financeiro e grandes corporações.

CONJUNTURA GLOBAL

Diante da CRISE DA DÍVIDA

Medidas de austeridade para destinar recursos ao pagamento da dívida:

- Corte de gastos sociais
- Congelamento e redução dos salários
- Demissões
- Reformas da Previdência
- Comprometimento dos Fundos de Pensão

EUROPA: REAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA

Grandes mobilizações e GREVE GERAL

Conjuntura Atual – EUROPA

Manifestações contra *Troika* (Comissão Europeia, o Banco Central Europeu (BCE) e o Fundo Monetário Internacional (FMI).)

Grécia

Irlanda

França

Portugal

Inglaterra

Espanha

REAÇÕES POPULARES – Auditoria Cidadã na Europa

GRÉCIA: Mobilização social e criação de comissão para auditar a dívida pública

IRLANDA: Criada comissão popular de auditoria da dívida

ISLÂNDIA: Referendo eleitoral decide não pagar dívida feita para salvar bancos- vídeo :
http://www.facebook.com/l/7AQEeFwmFAQHZlzprHJMHZO2WhuFnRF8RpbkY4301iLYB4g/www.youtube.com/watch?v=lNt7zc6ouco&feature=share

PORTUGAL: Criada comissão: Iniciativa para Auditoria Cidadã à Dívida – IAC

FRANÇA: Diversos núcleos –cerca de 50 - debatendo a criação de comitês locais para iniciar auditoria cidadã

Debates na Bélgica, Itália, Espanha entre outros

PARADOXO BRASIL

6ª Economia Mundial

3ª Pior distribuição de renda do mundo

85º no ranking do IDH

POR QUÊ?

A dependencia econômica gerada pelo processo de endividamento é o nó que amarra o brasil

SITUAÇÃO ATUAL – BRASIL

Governo não admite crise da dívida, mas qual a razão para:

Privilégio na destinação recursos para a dívida;

Juros mais elevados do mundo;

Carga tributária elevada e regressiva;

Ausência de retorno em bens e serviços públicos;

Contingenciamento de gastos sociais;

Congelamento salários setor público;

Prioridade para Metas de Superávit Primário e Inflação;

Reformas neoliberais: Previdência, Privatizações;

Ausência de controle de capitais.

Como opera o "Sistema da Dívida"- Brasil

SUPER ESTRUTURA LEGAL – O PRIVILÉGIO DA DÍVIDA

Constituição Federal

Dívida para pagar dívida: Exceção no Art. 166, § 3º, II, "b"

Ver "Anatomia de uma Fraude à Constituição".

LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias

Elaboração parte das Metas de Superávit Primário;

Garantia de atualização automática mensal para a dívida.

Lei de Responsabilidade Fiscal – LC 101/2000

Limites para gastos públicos;

Ausência de limites para o custo da Política Monetária - transfere ao Tesouro Nacional esse custo quando negativo

OUTRAS FONTES não-tributárias

Lucros das estatais distribuídos ao governo, Privatizações;

Dívidas pagas pelos Estados e Municípios.

Desvinculação de recursos específicos de outras áreas (através de MP)

PRIVILÉGIOS NA DESTINAÇÃO DE RECURSOS PARA DÍVIDA

- **Fontes Tributárias**

- **Política de superavit Fiscal**

- **OUTRAS FONTES não-tributárias:**

  - Lucros das estatais distribuídos ao governo (Lei 9.530/1997, Art. 1º);

  - Lucro do Banco Central (Medida Provisória nº 2.179-36/2001, Art. 2º, § 1º e Lei 11.803/2008, Art. 3º);

  - Pagamento da dívida dos estados e municípios com a União (Lei 9.496/1997);

  - Emissão de novos títulos (Lei 10.179/2001);

  - Privatizações (Lei 8.031/1990 e 9.491/1997, Art. 1º);

  - Remuneração da Conta Única do Tesouro pelo Banco Central.

- **Desvinculação de recursos específicos de outras áreas (MP 435 e 450)**

A ESTRATÉGIA DE MANUTENÇÃO DO PODER E DA ACUMULAÇÃO CAPITALISTA

- Lucros crescentes para setor financeiro/empresarial;
- Financiamento de campanhas eleitorais e corrupção;
- Extremo poder da mídia ligada ao grande capital;
- Ilusória distribuição de riqueza

  Pequenos ganhos para os pobres

  Pífios reajustes para trabalhadores

  Acesso a produtos baratos: sensação de melhoria de vida

  Acesso a crédito/financiamentos.

QUEM GANHA E QUEM PERDE
Modelo Tributário

CAPITAL e LUCRO: <u>PRIVILÉGIOS</u>

Isenções e Liberdade de movimentação;

Deduções generosas, até de despesas fictícias;

Proposta de redução da Contribuição Patronal.

TRABALHADORES: <u>INJUSTIÇAS</u>

Fim de Deduções;

Redução da Progressividade;

Insuficiência de atualização da tabela do IRPF;

Agravamento dos tributos indiretos;

PEC-233: Reforma Tributária que transforma as contribuições sociais em impostos - Ameaça ao financiamento da Seguridade Social

RISCO DE CONTÁGIO DA CRISE EUROPÉIA ATUAL PARA PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO: aumento dos canais de contágio.

- Riscos para o Fundo do Pré-sal
- Fundos de Pensão
- Fundo Soberano

Ambiente adverso à criação de Fundos de Pensão

O grave problema das contas do País não é a Previdência

DÍVIDA BRASILEIRA SUPERA R$3 TRILHÕES OU 78% DO PIB

A PREVIDÊNCIA É UM DOS TRIPÉS DA SEGURIDADE SOCIAL, JUNTAMENTE COM A SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Tem sido altamente superavitária

Superávit da Seguridade Social[1]:

- em 2011 - superou R$77 bilhões;

- em 2010 – R$ 56 bilhões;

- em 2009 – R$ 32 bilhões.

1 - Dados oficiais segregados pela - Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita.

A FALÁCIA DO "DÉFICIT DA PREVIDENCIA"

Receitas e Despesas da Seguridade Social, 2008 a 2011, em valores correntes e, para 2010 e 2011, em relação ao PIB

RECEITAS REALIZADAS	2008	2009	2010	2011	Diferença 2011-2010		% PIB	
					R$ milhões	%	2010	2011
	R$ milhões						%	
1. Receita de contribuições sociais	359.840	375.887	441.266	509.064	67.798	15,4	11,70	12,29
Receita Previdenciária líquida (1)	163.355	182.008	211.968	245.892	33.924	16,0	5,62	5,94
Cofins	120.094	116.759	140.023	159.891	19.868	14,2	3,71	3,86
CPMF (2)	1.004	-	-	-	-	-	0,00	0,00
CSLL	42.502	43.592	45.754	57.845	12.091	26,4	1,21	1,40
PIS/Pasep	30.830	31.031	40.373	42.023	1.651	4,1	1,07	1,01
Outras contribuições (3)	2.054	2.497	3.148	3.414	266	8,4	0,08	0,08
2. Receitas de entidades da Seguridade	13.528	14.173	14.883	16.873	1.990	13,4	0,39	0,41
Recursos próprios do MDS	161	217	361	159	-202	-56,1	0,01	0,00
Recursos próprios do MPS	466	96	68	362	294	430,7	0,00	0,01
Recursos próprios do MS	2.568	2.790	2.982	3.556	575	19,3	0,08	0,09
Recursos próprios do FAT (4)	10.008	10.683	11.017	12.271	1.253	11,4	0,29	0,30
Taxas, multas e juros da Fiscalização	326	388	455	525	71	15,5	0,01	0,01
3. Contrapartida do Orç. Fiscal para EPU	2.048	2.015	2.136	2.256	120	5,6	0,06	0,05
Total de Receitas da Seguridade Social	375.417	392.076	458.285	528.193	69.908	15,3	12,2	12,7

DESPESAS REALIZADAS	2008	2009	2010	2011	Diferença 2011-2010		% PIB	
					R$ milhões	%	2010	2011
1. Benefícios Previdenciários	199.562	225.096	254.859	281.438	26.580	10,4	6,76	6,79
Previdenciários urbanos	158.953	178.999	198.061	218.616	20.556	10,4	5,25	5,28
Previdenciários rurais	39.997	44.850	55.473	61.435	5.962	10,7	1,47	1,48
Compensação previdenciária(5)	612	1.246	1.325	1.387	62	4,7	0,04	0,03
2. Benefícios assistenciais	15.641	18.712	22.234	25.116	2.882	13,0	0,59	0,61
Assistenciais - LOAS	13.748	16.864	20.380	23.353	2.973	14,6	0,54	0,56
Assistenciais - RMV	1.893	1.848	1.854	1.764	-91	-4,9	0,05	0,04
3. Bolsa-Família e outras Transferências	10.605	11.877	13.493	16.767	3.274	24,3	0,36	0,40
4. EPU - Benefícios de Legislação Especial	2.048	2.015	2.136	2.256	120	5,6	0,06	0,05
5. Saúde: despesas do MS (6)	50.270	58.270	61.965	72.332	10.367	16,7	1,64	1,75
6. Assistência social: despesas do MDS (6)	2.600	2.746	3.425	4.033	609	17,8	0,09	0,10
7. Previdência social: despesas do MPS (6)	4.755	6.265	6.482	6.767	285	4,4	0,17	0,16
8. Outras ações da seguridade social	3.819	6.692	7.260	7.552	291	4,0	0,19	0,18
9. Benefícios FAT	20.694	27.135	29.204	34.173	4.969	17,0	0,77	0,82
10. Outras ações do FAT	722	607	551	565	14	2,5	0,01	0,01
Total de Despesas da Seguridade Social	310.716	359.416	401.610	451.000	49.390	12,3	10,7	10,9
Resultado da Seguridade Social	64.701	32.660	56.675	77.193	20.518	36,2	1,5	1,9

Fonte: ANFIP

A ARMADILHA DOS FUNDOS DE PENSÃO

As sucessivas reformas da Previdência no Brasil impõem aos trabalhadores a adesão ao sistema de Fundos de Pensão.

- Na Argentina, a moratória de 2002 fez os Fundos de Pensão perderem 75% de seu patrimônio.
- Nos Estados Unidos, desde 2008 milhões de trabalhadores perderam suas economias.
- Na Europa, até a OCDE já advertiu sobre o grave risco da queda nas Bolsas e dano ao Fundos de Pensão.

Previdência é sinônimo de segurança.

Como podemos colocar nosso futuro em "aplicações de RISCO"?

ASSESSORIA DO BANCO MUNDIAL PARA FUNDOS DE PENSÃO

FUNPRESP irá absorver imensas quantidades de "ativos tóxicos" que provocaram a crise financeira de 2008

DESTINO PREFERIDO DOS DERIVATIVOS: FUNDOS DE PENSÃO

Art. 44 da Resolução 3792/2009, do Conselho Monetário Nacional, sobre os investimentos das EFPC (Entidades Fechadas de Previdência Complementar):

"A EFPC pode realizar operações com derivativos..."

IRRESPONSABILIDADE FISCAL

Exposição de motivos do PL 1992/2007[1]

"Isoladamente, a mudança de regime terá um impacto negativo nas contas públicas no curto prazo, na medida em que o governo deixará de receber a contribuição sobre a parcela da remuneração do servidor entrante que ultrapassar o teto, e terá um gasto adicional, na medida em que passará a contribuir para o regime complementar, capitalizando reservas individuais para os servidores."

O próprio governo admite que o FUNPRESP causará prejuízo às contas públicas

1 - Transformado na Lei Ordinária 12618/2012

ELEVAÇÃO DOS CUSTOS DE FORMA IMPREVISÍVEL

- Taxa e administração
- Contratação de:
  - Auditoria Externa;
  - Empresas especializadas em estudos atuariais;
  - Assessoria ou Consultoria Técnica e Financeira;
  - Garantidores das reservas técnicas, custódia de títulos e valores mobiliários;
  - Serviços de análise de concessão de benefícios, folha de pagamentos, avaliação atuarial, cadastro social e financeiro dos segurados e beneficiários, além de outros serviços necessários para gestão do regime ou dos recursos.

A QUE PREÇO?

ILUSÃO: FUNPRESPS (EXE, LEG E JUD) ADMINISTRARÃO POR CONTA PRÓPRIA OS RECURSOS.

A administração será feita pelos bancos(**insegurança total**):

"Art. 15. A aplicação dos recursos garantidores correspondentes às reservas, às provisões e aos fundos dos planos de benefícios da FUNPRESP-Exe, da FUNPRESP-Leg e da FUNPRESP-Jud obedecerá às diretrizes e aos limites prudenciais estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional (CMN)."

"§ 2º As entidades referidas no caput contratarão, para a gestão dos recursos garantidores prevista neste artigo, somente instituições, administradores de carteiras ou fundos de investimento que estejam autorizados e registrados na Comissão de Valores Mobiliários (CVM)." [1]

1 - Lei Ordinária 12618/2012

INSEGURANÇA TOTAL PARA OS SERVIDORES

Indefinição quanto à regulamentação dos fundos:

Art. 12. Os planos de benefícios da FUNPRESP-Exe, da FUNPRESP-Leg e da FUNPRESP-Jud serão estruturados na modalidade de contribuição definida, **nos termos da regulamentação** estabelecida pelo órgão regulador das entidades fechadas de previdência complementar.... (grifos nossos)

INSEGURANÇA TOTAL PARA OS SERVIDORES

Indefinição quanto à forma de concessão, cálculo e pagamento de benefícios:

Art. 13. Os requisitos para aquisição, manutenção e perda da qualidade de participante, assim como os requisitos de elegibilidade, forma de concessão, cálculo e pagamento dos benefícios **deverão constar dos regulamentos** dos planos de benefícios... (grifos nossos)

JULGADOS CULPADOS: - Standard and Poors y al banco ABN-Amro por haber mentido a los inversores.

“En un histórico fallo de mil quinientas páginas (dos veces más largo que “El Quijote”) emitido en Sydney el lunes 5 de noviembre, la jueza federal australiana Jayne Jagot declaró culpables a la calificadora de riesgo Standard and Poors y al banco ABN-Amro por haber mentido a los inversores.

Los engañados fueron doce municipios de Nueva Gales del Sur que en 2006 compraron al banco papeles de inversión denominados “Rembrandt” a los que Standard and Poors había dado la nota AAA (triple A), reservada para las inversiones “extremadamente sólidas”.

La nota del fraude, de 09-11-2012 em
http://agendaglobal.redtercermundo.org.uy/2012/11/09/la-nota-del-fraude

Isca para atrair os atuais servidores ao Funpresp:

Oferta de "Benefício especial" com a promessa de considerar contribuições já feitas (acima do teto do INSS) até o momento da opção

INCALCULÁVEL RISCO decorrente da desregulamentação do mercado financeiro e "ativos tóxicos"

OPÇÃO DEFINITIVA

Art. 3º. § 7º - O prazo para a opção de que trata o inciso II do caput deste artigo será de vinte e quatro meses, contados a partir do início de vigência do regime de previdência complementar instituído no caput do art. 1º desta Lei.

NÃO HÁ OPÇÃO PARA REVERSÃO

COMPROMISSO DE CRIAÇÃO DE FUNDOS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

CARTA FMI 1998

Memorando de Política Econômica

"*Contas individuais serão estabelecidas para os participantes, tanto do setor privado (RGPS) como do setor público (RJU)...*"

"*... vários gatilhos automáticos serão embutidos para aumentar as alíquotas de contribuições em caso de desequilíbrios financeiros*"

A PRIVATIZAÇÃO DA SAÚDE

PESQUISA "Conta Satélite de Saúde – Brasil" - IBGE
(divulgada dia 18/1/2012)

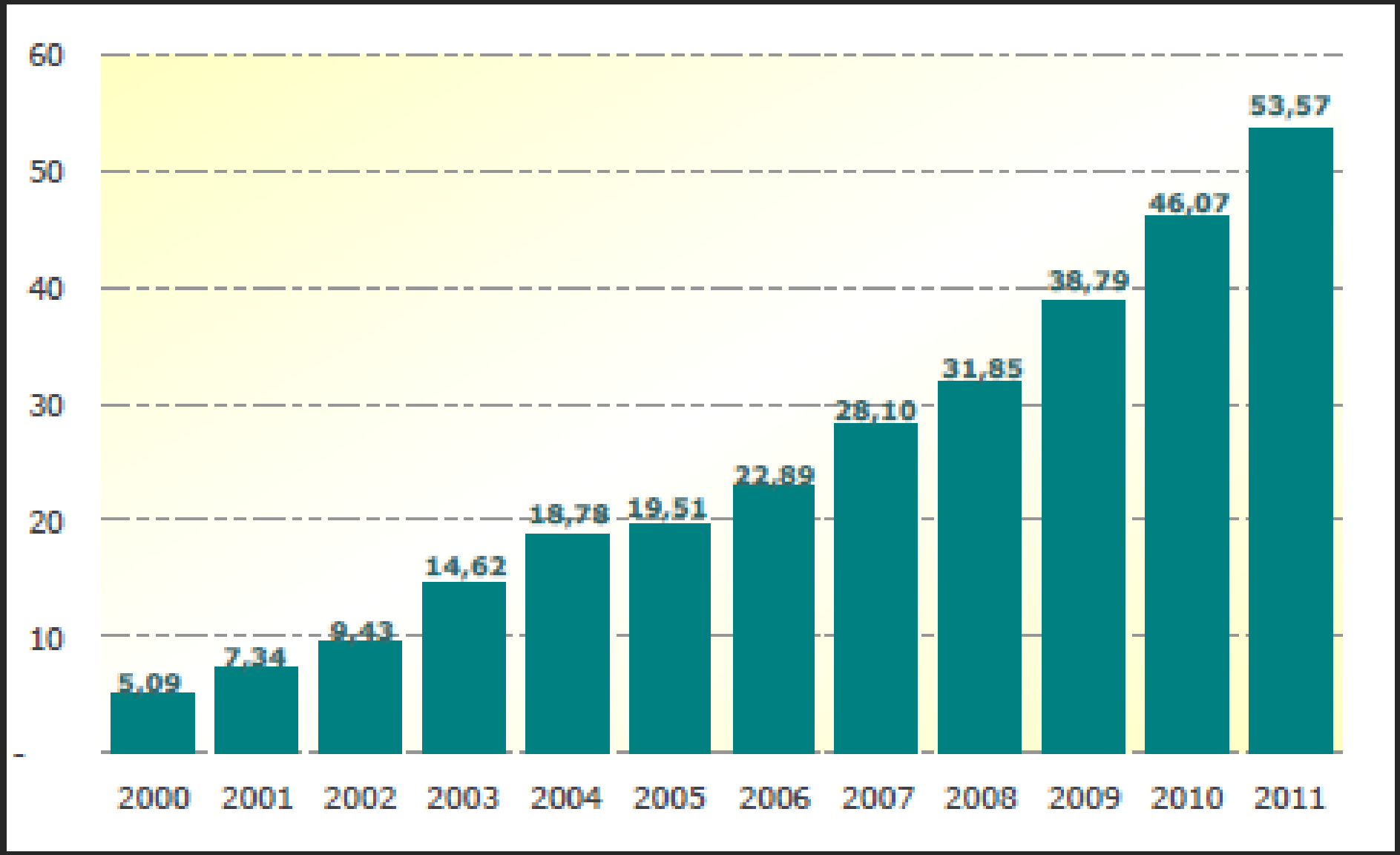
"As despesas públicas per capita com consumo de bens e serviços de saúde foram de R$ 645,27 em 2009. Já as despesas per capita privadas foram de R$ 835,65 nesse ano."
http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_impressao.php?id_noticia=2070

A população brasileira desembolsa com saúde privada mais que o governo gasta com todo o sistema público de saúde

O próprio gerente da Coordenação de Contas Nacionais do IBGE, Ricardo Montes Moraes, reconhece que:

"[isto] se deve ao fato de a saúde no Brasil ser tão privatizada".

Receitas dos Planos de Previdência Privada (R$ bilhões)



Fonte: FENAPREVI - Mercado de Planos de Caráter Previdenciário - Dados Estatísticos – dez/2011-pag 33

RISCOS DO FUNDO SOCIAL DO PRÉ-SAL

Lei 12.351/2010

Art. 47. É criado o Fundo Social - FS (...) com a finalidade de constituir fonte de recursos para o desenvolvimento social e regional, na forma de programas e projetos nas áreas de combate à pobreza e de desenvolvimento: I - da educação; II - da cultura; III - do esporte; IV - da saúde pública; V - da ciência e tecnologia; VI - do meio ambiente; e VII - de mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

Recursos serão aplicados no exterior:

Art. 50. Parágrafo único. Os investimentos e aplicações do FS serão destinados preferencialmente a ativos no exterior (...)

Somente os rendimentos das aplicações para o Social:

Art. 51. Os recursos do FS para aplicação nos programas e projetos a que se refere o art. 47 deverão ser os resultantes do retorno sobre o capital.

Dívida Brasileira = R$ 3,2 trilhões ou 78% do PIB (U$S 1,72)

Em 31/12/2011:

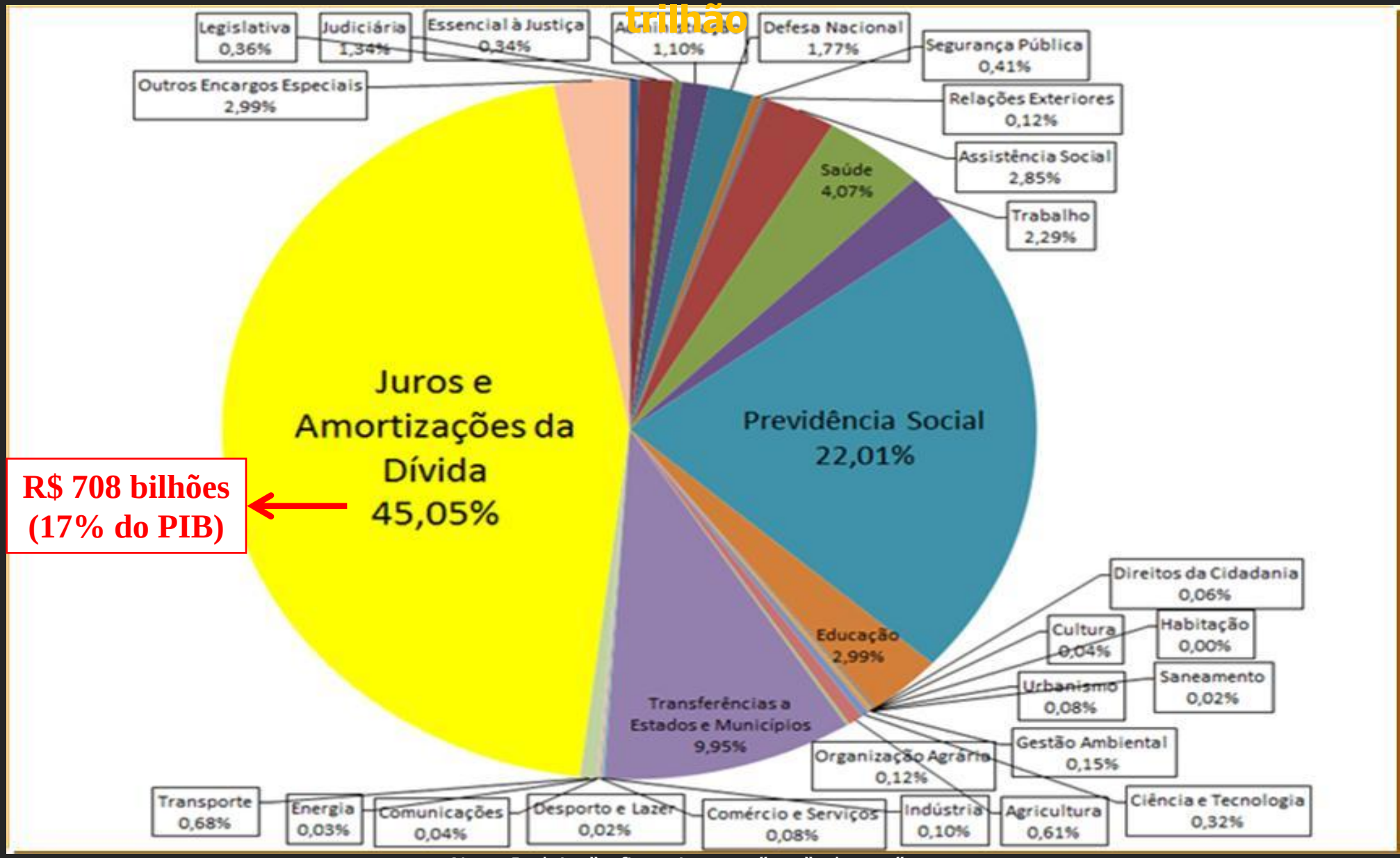
Dívida Externa = US$ 402 bilhões

Dívida Interna = R$ 2,5 trilhões

Artifícios utilizados para "aliviar" o peso dos números:

Dívida "Líquida";
Juros "reais";
Atualização contabilizada como se fosse Amortização;
Exclusão da Dívida Externa "Privada";
Comparação Dívida Líquida/PIB.

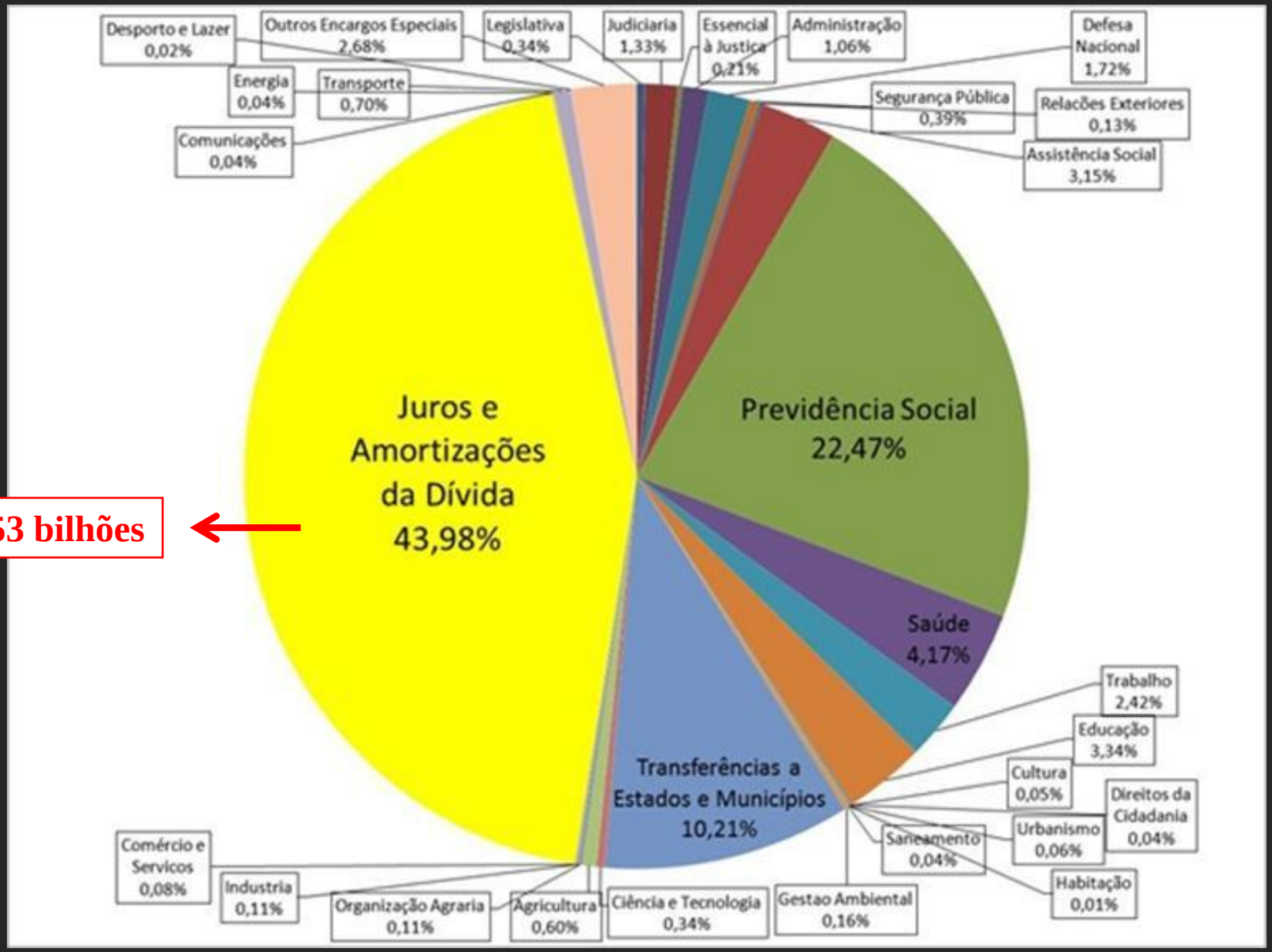
ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO - Executado em 2011 Total: R$ 1,571 trilhão



Nota: Inclui o "refinanciamento" ou "rolagem"

Fonte: SIAFI - Banco de Dados Access p/ download (execução do Orçamento da União) – Disponível em http://www.camara.gov.br/internet/orcament/bd/exe2010mdb.EXE. Elaboração: Auditoria Cidadã da Dívida

Orçamento Geral da União – Executado em 2012 – Total = R$ 1,712 trilhão



R$ 753 bilhões

Fonte: Senado Federal – Sistema SIGA BRASIL - Elaboração: Auditoria Cidadã da Dívida

ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO EXECUTADO EM 2011

Ciência e Tecnologia; 0,32%
Gestão Ambiental; 0,15%
Relações Exteriores; 0,12%
Organização Agrária; 0,12%
Indústria; 0,10%
Comércio e Serviços; 0,08%
Essencial à Justiça; 0,34%

TOTAL:
R$ 1,571 trilhão

SIGA BRASIL — SENADO FEDERAL

LOA 2011 - Execução Orçamentária por Grupo Natureza de Despesa - GND

R$ 1,00

GND (Cod)	GND	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado (Subelemento)	Pago
1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	199.765.948.118	200.163.275.433	197.481.485.238	197.481.485.238	195.821.212.155
2	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	169.870.725.435	169.870.647.434	131.122.390.200	131.122.390.200	131.036.556.538
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	677.682.651.544	704.998.850.876	681.076.846.738	681.076.846.735	620.999.037.228
4	INVESTIMENTOS	62.922.507.511	67.611.293.123	48.434.148.638	48.434.148.637	16.656.742.052
5	INVERSOES FINANCEIRAS	44.476.768.976	47.416.055.380	41.377.175.454	41.377.175.454	32.628.617.938
6	AMORTIZACAO/ REFINANCIAMENTO DA DIVIDA	783.918.792.678	804.216.849.679	577.339.280.628	577.339.280.628	576.928.006.531
9	RESERVA DE CONTINGENCIA	25.754.965.129	19.395.296.003	0	0	0
NÃO APLICÁVEL	NÃO APLICÁVEL	0	0	0	0	0
TOTAL		**1.964.392.359.391**	**2.013.672.267.928**	**1.676.831.326.896**	**1.676.831.326.892**	**1.574.070.172.441**

OS NÚMEROS DA DÍVIDA

Por que informamos conjuntamente os gastos com juros e amortizações?

O governo **NÃO** informa esses gastos separadamente.

A linha "Juros e encargos da dívida" inclui apenas parte dos juros nominais que pagamos aos detentores dos títulos da dívida brasileira:

2	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	169.870.725.435	169.870.647.434	131.122.390.200	131.122.390.200	131.036.556.538

A parcela dos juros nominais correspondente à "atualização monetária" vem sendo classificada como se fosse "Amortizações e Refinanciamento da Dívida", conforme rubrica a seguir:

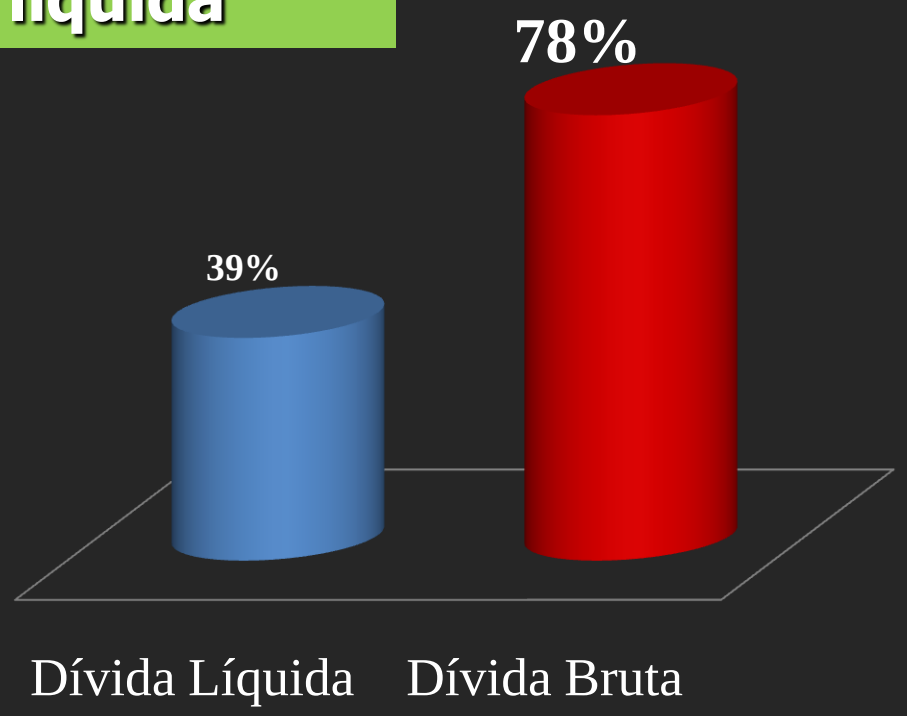
6	AMORTIZACAO/ REFINANCIAMENTO DA DIVIDA	783.918.792.678	804.216.849.679	577.339.280.628	577.339.280.628	576.928.006.531

OS NÚMEROS DA DÍVIDA

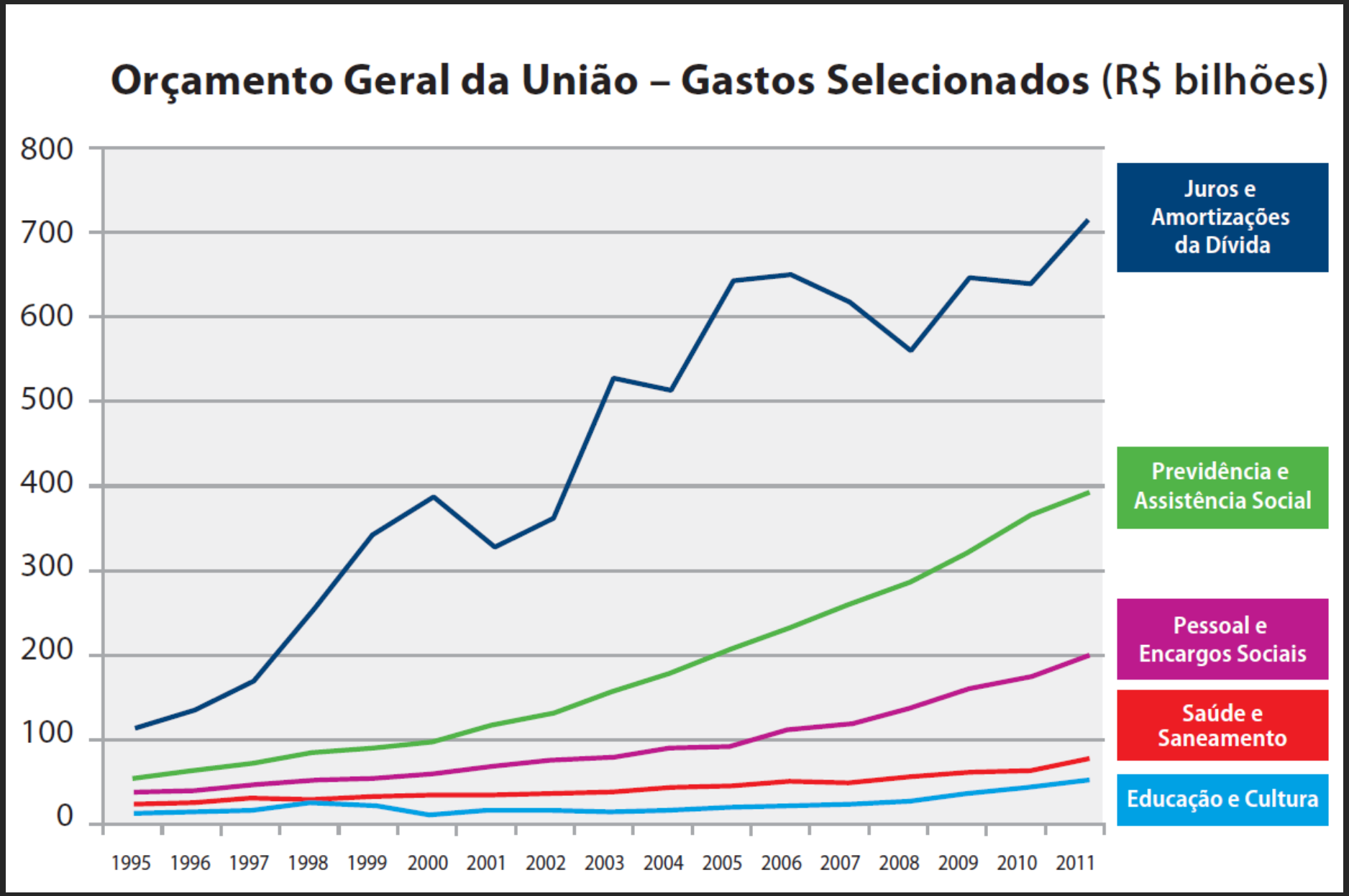
Por que informamos conjuntamente os gastos com juros e amortizações?

Os dados disponibilizados pelo governo sobre os juros "nominais" são calculados sobre a **dívida líquida**

A dívida que pagamos é a **dívida bruta**. É sobre ela que os juros "nominais" que pagamos são calculados.



Dados de 2011



Fonte: STN - SIAFI. Inclui a rolagem, ou "refinanciamento" da Dívida - a CPI da Dívida constatou que boa parte dos juros são contabilizados como tal.

Queda da Taxa "Selic" não significa menos gastos com a dívida

-Até 31/10/2012 - se gastou com a dívida o mesmo montante de todo o ano de 2011;

- Em setembro/2012 -, apenas 22,79% do estoque da Dívida Interna sob responsabilidade do Tesouro estavam indexados à Selic;

- O custo médio da dívida interna em setembro/2012 estava em 11,38% a. - muito mais que a Taxa Selic (7,25%);

-Exatamente quando o governo anuncia que a Selic está em queda, o Tesouro Nacional passa a emitir títulos da dívida pré-fixados, com taxas de juros bem maiores que a Selic;

- Nos 9 primeiros meses de 2012, apenas 2,6% do valor dos títulos emitidos foram indexados à Selic.

Suposta "queda drástica" nos juros não significa redução drástica nos lucros dos bancos

Banco	Lucro – jan a set 2011 (R$ bilhões)	Lucro – Jan a set 2012 (R$ bilhões)
Itaú-Unibanco	10,9	10,1
Bradesco	8,4	8,6
Banco do Brasil	8,6	8,3
CEF	3,5	4,2
Santander	5,9	4,6
TOTAL	**37,3**	**35,8**

FUNDOS DE PENSÃO: lucro para os bancos, risco para os servidores

Jornal Valor Econômico, 28/2/2012

"O governo Dilma Rousseff recebeu ontem um aliado de peso numa das mais sensíveis votações no Congresso neste ano. O departamento econômico do Itaú Unibanco, o maior banco privado do Brasil, divulgou nota defendendo a aprovação do projeto que reforma a previdência dos servidores federais. A nota é assinada pelo economista Maurício Oreng, da equipe liderada por Ilan Goldfajn, ex-diretor do Banco Central (BC)."

RESOLUÇÃO Nº 26 DO CONSELHO DE GESTÃO DA PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR – 29/09/2008

- Permite que o patrocinador fique com parte do superávit dos fundos de pensão;

- Já significou a retirada de bilhões de reais da PREVI, para o lucro do Banco do Brasil;

-Evidência de que eventuais lucros dos fundos de pensão podem ser desviados para pagar a dívida pública;

ARGUMENTO DO GOVERNO: A RESOLUÇÃO 26 NÃO SE APLICA À FUNPRESP

Porém, basta uma mera norma infra-legal para estender tal resolução à FUNPRESP

ETERNO ARGUMENTO DO GOVERNO CONTRA A MELHORIA DAS APOSENTADORIAS:

"NÃO HÁ RECURSOS"

Será verdade?

IMPACTOS DA DÍVIDA NA PREVIDÊNCIA

Bloqueio à aprovação de qualquer projeto que beneficie os aposentados:

PL 4434/2008 – Recupera o número de salários mínimos da época da concessão do benefício;

PL 3299/2008 – Acaba com o Fator Previdenciário;

Veto ao fim do Fator Previdenciário (2010);

Negativa ao aumento dos aposentados (LDO-2012, 2013).

Resultado: perdas nos benefícios

QUAL O VERDADEIRO PAPEL DA DÍVIDA ?

- Instrumento de financiamento do Estado?

Ou

- Instrumento do Poder financeiro que utiliza a dívida como um mecanismo de transferencia de recursos do setor público para o setor financeiro privado?

EQUADOR – Lição de Soberania

Comissão de Auditoria Oficial criada por Decreto

- Em 2009: Proposta Soberana de reconhecimento de no máximo 30% da dívida externa representada pelos Bônus 2012 e 2030
- 95 % dos detentores aceitaram a proposta equatoriana, o que significou anulação de 70% dessa dívida com os bancos privados internacionais
- Economia de US$ 7,7 bilhões nos próximos 20 anos
- Aumento gastos sociais, principalmente Saúde e Educação

AUDITORIA DA DÍVIDA

Prevista na Constituição Federal de 1988

Plebiscito popular ano 2000 realizado no contexto da Terceira Semana Social: mais de seis milhões de votos

www.divida-auditoriacidada.org.br

CPI da Dívida Pública

Passo importante, mas ainda não significa o cumprimento da Constituição

CPI DA DÍVIDA – CÂMARA DOS DEPUTADOS

Criada em Dez/2008 e Instalada em Ago/2009, por iniciativa do Dep. Ivan Valente (PSOL/SP)

Concluída em 11 de maio de 2010

Identificação de graves indícios de ilegalidade da dívida pública

Momento atual: investigações do Ministério Público

NECESSIDADE DE PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL PARA EXIGIR A COMPLETA INVESTIGAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA E A AUDITORIA PREVISTA NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

ESTRATÉGIAS DE AÇÃO

CONHECIMENTO DA REALIDADE

MOBILIZAÇÃO SOCIAL CONSCIENTE

AÇOES CONCRETAS

- Auditoria da Dívida Pública para desmascarar o "Sistema da Dívida" e democratizar o conhecimento da realidade financeira;
- Investigações pelo Ministério Público;
- Rever a política monetária e fiscal para garantir distribuição da renda e justiça social;
- Atender Direitos Humanos;
- TRANSPARÊNCIA e acesso à VERDADE.

CONCLUSÃO

Instrumento do endividamento público foi usurpado pelo setor financeiro;

Nação submissa aos interesses do “Mercado”;

Metade dos recursos orçamentários da União transferidos para pagamento da dívida pública;

Consequencias: Sacrifício Social, Exclusão, Miséria e Violência

Terrorismo: “Não há outro caminho ”.

Fazem parecer difícil *(massa retórica enganosa e desinformação)* para que acreditemos que é impossível mudar os rumos

DÍVIDA: impede a vida digna e o atendimento aos direitos humanos

De onde veio toda essa dívida?

Quanto tomamos emprestado e quanto já pagamos?

O que realmente devemos?

Quem contraiu empréstimos?

Onde foram aplicados os recursos?

Quem se beneficiou?

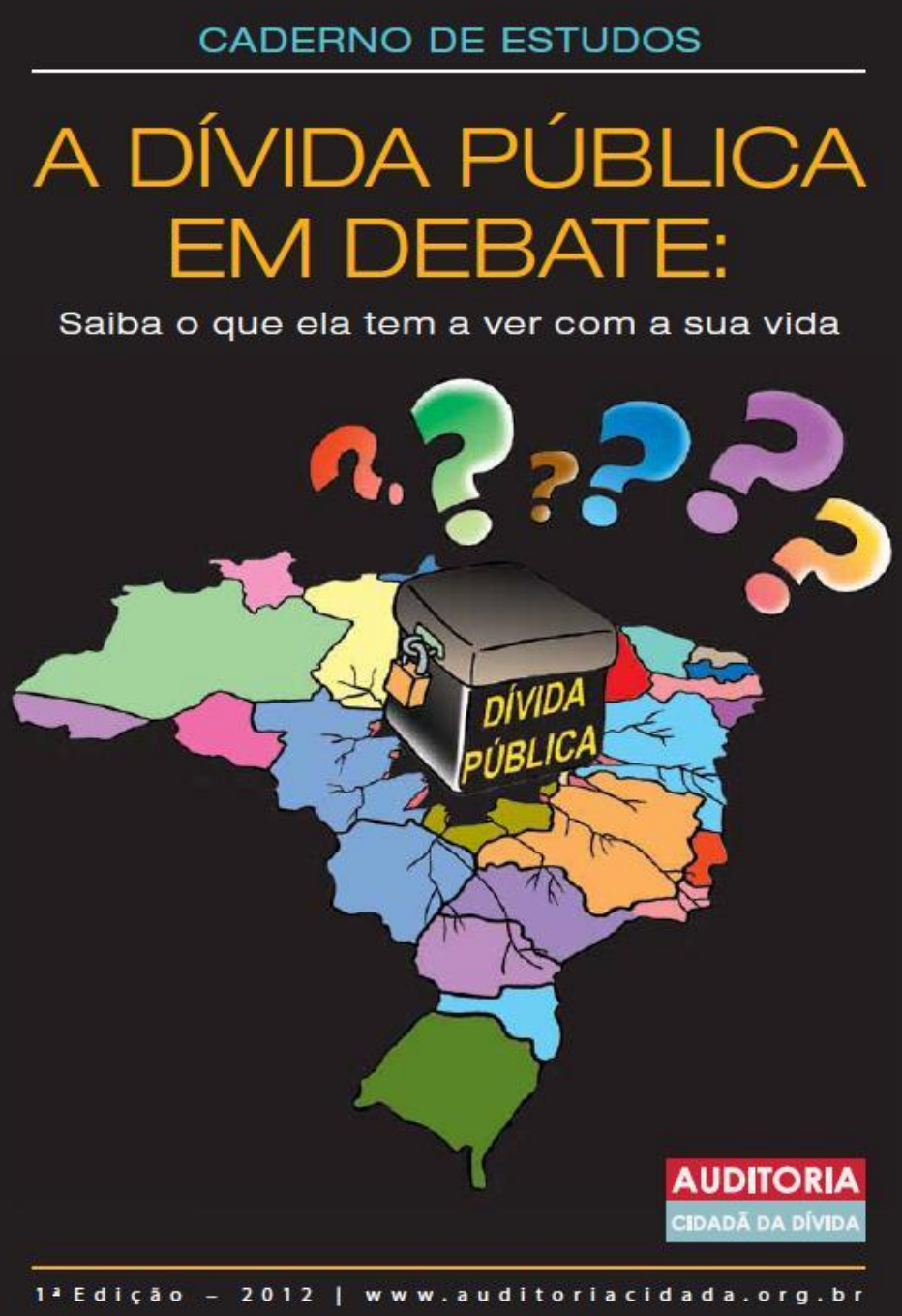
Qual a responsabilidade dos credores e organismos internacionais nesse processo?

Somente a <u>AUDITORIA</u> responderá essas questões

CAMPANHA PELO RECONHECIMENTO DA NULIDADE DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA DE 2003

- Apoio às campanhas iniciadas por servidores;
- Ampliação para participação de toda a sociedade;
- Divulgação da amplitude da reforma e das verdadeiras causas da crise financeira;
- Risco de transferência para o Brasil;
- Pressão para a imediata interrupção e dos efeitos da reforma e revisão dos atos.

Assine o abaixo assinado: www.auditoriacidada.org.br



Capítulos:

- O Brasil é um dos países mais ricos do mundo
- Desigualdade social e desrespeito aos direitos humanos no Brasil
- Modelo Econômico equivocado e injustiça social
- A dívida pública brasileira
- Dívida Externa
- Dívida Interna
- Dívida dos Estados
- O Sistema da Dívida
- Auditoria
- Iniciativas Internacionais de Auditoria da Dívida
- Crise da Dívida na Europa e EUA
- Precisamos reforçar essa luta. Participe!

AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA

Muito obrigada

Maria Eulália Alvarenga

www.auditoriacidada.org.br

eulaliaalvarenga@hotmail.com